

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007, 188p.

Aparecida Darc de Souza¹

Parte essencial desta publicação é formada pela tese de livre docência revisada e ampliada apresentada por Raquel Glezer no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Reconhecendo os diversos caminhos teórico-metodológicos de abordagem da história urbana, Raquel Glezer anuncia ao leitor, já nas primeiras páginas, sua opção pelo “*aspecto estrutural da história da cidade - a questão da propriedade e da posse da terra na cidade*”(GLEZER,2007,p.15). Afastando-se do que considera uma visão marxista mecanicista, Raquel Glezer se propôs desenvolver uma história econômica da cidade que fosse capaz de superar a explicação que reduzia a complexa relação social e econômica da formação da terra urbana à equação do Estado e, portanto, da lei como instrumentos exclusivos das classes dominantes.

Entretanto, a autora pondera também sobre o papel dos homens, enquanto agentes sociais que produzem a cidade e se aproxima da matriz marxista de interpretação histórica quando reconhece que:

“Os homens, em nosso entender, fizeram e fazem a cidade, produto material e imaterial das relações sociais e econômicas complexas mesmo que não saibam o que fizeram ou estão fazendo. São atores, agentes da ação social, mas nem sempre em condições de compreender a totalidade e complexidade do fenômeno em que estão inseridos e atuando.”(GLEZER,2007, p.14).

Tal pressuposto tem, em certa medida, referência na assertiva de Marx sobre o papel de sujeito do homem na história. Para Marx, os homens fazem sua história sim, mas não como querem ou desejam, mas segundo as condições materiais em que estão inseridos.

Mas esta aproximação parece valorizar mais a força condicionante das condições materiais, pois os homens, segundo Glezer “(...) não captam as contingências complexas em que estão inseridos e pouco conseguem atuar de forma consciente.”(GLEZER, 2007,p.14). Esta forma de definição do papel dos homens se sustenta e se explica na

visão crítica da autora em relação à situação das cidades na atualidade, pois são, no seu entender, caracterizadas por um quadro generalizado de risco.

Seguindo esta linha de raciocínio, Glezer conclui que não é possível que alguém tenha planejado, organizado e agido conscientemente na direção de transformar indiscriminadamente a vida urbana num caos.

Pensando ainda no presente, digo, do ponto a partir do qual Glezer formula suas questões sobre a história urbana, é preciso considerar também sua relação com a cidade. Em seu texto, é possível perceber que o estudo de São Paulo é produto de uma pesquisadora que é também uma habitante daquela cidade. As questões propostas pela autora trazem em si a carga subjetiva de alguém que experimentou e refletiu sobre o impacto da grande e acelerada transformação urbana vivida por São Paulo, a partir dos anos de 1960. Uma transformação, que segundo Glezer tem implicado na trágica experiência de perda contínua de referenciais para aqueles que nasceram em São Paulo na década de 1940:

“As transformações, mesmo quanto acompanhadas em seu desenvolvimento, aparecem como surpreendentes para os habitantes mais antigos. De certa forma, contribuem para a sensação de alheamento e desligamento da vida urbana. Mesmo o mais calejado habitante da metrópole precisou criar mecanismo de proteção para sobreviver psicologicamente às mudanças ocorridas nos espaço urbano e no modo de vida”(GLEZER, 2007, p.22).

O crescimento da cidade de São Paulo, materializado no aumento de sua extensão territorial e de sua densidade demográfica, forjadas num processo de constantes mudanças físicas, arquitetônicas e simbólicas, aparecem para Glezer como elementos complicadores da constituição de “*códigos de reconhecimento e identificação*”.

Assim, sob o olhar de Glezer, a cidade e suas transformações aparecem como um fenômeno que transcende homens e mulheres que nela vivem e se torna algo estranho e caótico aos seus próprios habitantes porque subverte constantemente a lógica de seus modos de viver e pensar a cidade.

É partindo desta visão da cidade que Raquel Glezer procura entender os elementos históricos que tornaram a cidade, especialmente as grandes, um fenômeno cujos agentes têm uma relação de estranhamento, pois segundo ela mesma:

“Com certeza, ninguém desejou, conscientemente, tomar decisões e definir possibilidades de vida urbana que, nos séculos e anos posteriores levassem todos os habitantes (sem exclusão de classe) a estar nas situações de risco que dominam as cidades brasileira, que as tornam tão perigosas como áreas conflagradas: expansão descontrolada, ocupação de áreas de risco, infra-estrutura inexistente ou falha, violência espalhada, trânsito descontrolado.” (GLEZER, 2007, p.14)

Para desenvolver seu estudo sobre São Paulo, Glezer optou por analisar as transformações urbanas a partir do processo de formação da propriedade e da posse da terra urbana.

A escolha do estudo da cidade a partir da questão da propriedade da terra urbana feita por Raquel Glezer esteve relacionada com seu interesse em analisar “*a cidade em si*” e não como “*locus do acontecimento*”. Tratava-se, portanto, de empreender uma análise que permitisse compreender o conteúdo histórico da locução “*terra urbana*” seja no seu tratamento costumeiro ou legal.

Tal estudo deveria, então, partir da investigação da formação da propriedade e da posse da terra urbana na cidade de São Paulo, desde o período colonial, desde as primeiras formas de sua separação das áreas rurais.

A análise da constituição da propriedade urbana desenvolvida por Glezer busca iluminar uma dimensão pouco conhecida do complexo processo histórico que compreende o fenômeno urbano no Brasil.

Neste sentido, retornar ao período colonial não constituiu uma busca pela formação da *terra urbana* nos termos de uma investigação histórica como culto às origens. Ao contrário, Glezer fugiu dessa perspectiva histórica que Bloch denominou, criticamente, como *ídolo das origens*, na qual as origens são entendidas com “(...) o começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar”. (BLOCH,1997, p.9).

A pesquisa feita por Glezer reafirma seu compromisso com o exercício da investigação histórica como indagação do como e do porque a terra urbana se separou da terra rural, entendendo, que só é possível compreender a significação da terra urbana a partir do processo histórico que a engendra.

Neste sentido, Glezer observou como o momento de emancipação do Brasil foi marcado também pela elaboração de uma legislação que promoveu a mercantilização da terra urbana.

O século XIX encerra um conjunto de mudanças que alteraram juridicamente o significado tradicional da terra urbana, na qual a posse da terra só era possível em função de seu uso, ou seja, por necessidade e não por interesse de comercializá-la.

O significado tradicional da terra urbana responde, segundo a autora, à prática herdada do período colonial na qual a terra era “cedida gratuitamente, ou poro foro pelos oficiais da Câmara para os moradores do local, por necessidade e para uso”. (GLEZER, 2007, p.121).

A criação da Décima Urbana, imposto instituído com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, pavimentou o caminho de transformação da terra urbana em mercadoria.

Entretanto, o processo de institucionalização deste novo significado terra enfrentou e, ainda enfrenta significativa resistência social. Segundo Glezer, o significado tradicional da terra urbana constituído ainda no período colonial é um fenômeno de longa duração que estava e está presente em parte da população urbana pobre e sem condições de se inserir no mercado imobiliário desde o século XIX.

Nesta perspectiva, Glezer recupera o uso tradicional do solo urbano como uma reminiscência que explica as ocupações ditas irregulares, orientadas pela necessidade de morar da população pobre e expropriada de um lado e de outro pela especulação imobiliária.

Esta abordagem desenvolvida por Glezer, muito embora esteja materializada num estudo da cidade de São Paulo, constitui-se em uma importante contribuição para o desenvolvimento da história urbana no Brasil.

Deste ponto de vista, *Chão de Terra* é, essencialmente, um livro que sintetiza uma perspectiva de análise sobre a cidade que tem no centro de suas preocupações o estudo sobre as contradições que permeia a formação urbana na sociedade contemporânea.

¹ Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, doutoranda em História pelo Programa de História Econômica da Universidade de São Paulo.